

## A PROBLEMÁTICA DO ESPAÇO PRISIONAL NA TEORIA SOCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT E ERVING GOFFMAN

Arlan Eloi Leite Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo objetiva discutir a problemática do espaço prisional a partir dos autores Michel Foucault e Erving Goffman. Nesse sentido, procura-se saber como o espaço prisional é construído nessas pesquisas articulando problemas, métodos e teorias. Neste estudo, faremos um exercício de compreensão da espacialidade prisional que emerge das obras em estudo, Foucault (2012) e Goffman (1996), tendo em vista que são teóricos importantes e recorrentes nas análises acerca dessa temática. O espaço prisional não é uma categoria pensada por meio de conceitos prontos e acabados. A prisão não é definida apenas por um recorte espaço-temporal com linhas arquitetônicas, grades, cubículos e guaritas, bem como por relações de controle do poder estatal sobre os sujeitos carcerários. O espaço prisional é um problema que entra nas pautas da teoria social e precisa ser desmontado de vez em quando. A prisão recebe investimentos materiais e imateriais, além de discussões teóricas que a reinventam em diferentes tempos e espaços. Discussões essas que são mescladas pelas práticas sociais e culturais cotidianas daqueles que se debruçam sobre esse objeto de pesquisa.

Palavras-chave: Espaço prisional. Métodos. Teoria social. Michel Foucault. Erving Goffman.

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em História – UFRN. Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia – FACINTER. Mestrando em História e Espaços – PPGH-UFRN, sob a orientação do Professor Dr. Helder do Nascimento Viana. E servidor da UFRN.

Foucault, em *Vigiar e punir*, obra de 1975, preocupado com as relações entre o poder e o Estado, o poder e o saber, estuda as mudanças de práticas e ideias, mesmo observando as continuidades, das formas clássicas para as modernas, como por exemplo, o caso dos suplícios para a prisão. Suas fontes são variadas, como sentenças penais de execução, regulamentos escolares, plantas baixas de instituições prisionais, dentre outras, e que constroem conceitos a partir dessas categorias espaciais e históricas.

Nessa obra, o autor analisa a mudança dos suplícios como espetáculos públicos, já desde o final do século XVIII, para o processo penal mais velado, provocando nos sujeitos a certeza da punição a fim de desviá-los do crime. E, dessa forma, com o fim dos suplícios, que não foi uma mudança contínua em todos os espaços, apresentou algumas continuidades e retrocessos. Desse modo, a prisão aos poucos foi sendo construída para segregar os corpos dos indivíduos da sociedade. O corpo é um tema central na discussão feita pelo filósofo francês (Foucault, 2012).

Com relação ao espaço prisional, como medida de punição crescente no século XIX, observamos que a prisão é uma grande arquitetura fechada, hierarquizada e complexa, a qual é integrada ao próprio conjunto do aparelho estatal. A prisão faz parte das transformações dos mecanismos de punição, os quais têm o intuito de elucidar as relações de poder que subordinam o corpo dos indivíduos. Ela está inserida na substituição do poder vingativo do rei pela tecnologia de controle sobre os corpos, mas principalmente sobre as almas dos sujeitos. A ideia de uma “economia política” possibilitou que o poder arbitrário fosse transformado em poder impessoal (Foucault, 2012).

A esse respeito, Foucault, pertencente ao *College de France*, formulou críticas às instituições sociais, dentre as quais estava a prisão. *Vigiar e punir* é um estudo de reflexão histórica em que o autor contribui com a produção de uma historiografia da descontinuidade e da ruptura. Há uma preocupação em analisar as coisas que estão em uma dispersão e que nem sempre ficam diretamente ligadas. É um pensamento inserido na linha do material e da espacialização.

O nosso estudo irá se concentrar a partir do Capítulo III, *O panoptismo*, da Terceira Parte dessa obra foucaultiana, porém, isso não significa que a análise do espaço prisional ficará isolada de outras problemáticas pertinentes. A obra está

dividida pelos seguintes assuntos: *Suplício* (o corpo dos condenados e a ostentação dos suplícios); *Punição* (a punição generalizada e a mitigação das penas); *Disciplina* (os corpos dóceis, a arte das distribuições, o controle da atividade, a organização das gêneses e a composição das forças); *Os recursos para o bom adestramento* (a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame); *O Panoptismo e Prisão* (instituições completas e austeras, ilegalidade e delinquência e o carcerário).

Nessa perspectiva, Foucault parte, metodologicamente, das fontes de processos penais, regulamentos, modelos prisionais etc. para construir um estudo que começa com o corpo humano, um espaço material e simbólico, sua inserção no corpo social e suas relações complexas com os outros corpos do poder, que constroem aparelhos de repressão por meio de corpos fechados, que são as prisões.

Em meados da década de 1970, no contexto da França, Foucault assinala que naqueles últimos anos haviam acontecido revoltas nas prisões em vários lugares do mundo. Essas revoltas, segundo o filósofo, não eram simplesmente pelas condições de miséria e superlotação por que passavam as prisões, mas havia também outras insatisfações atreladas às prisões tidas como modelos, às formas de isolamento e aos serviços médicos e educativos operados naquele ambiente prisional (Foucault, 2012). Desse modo, vemos que as inquietações contemporâneas do pesquisador constroem o problema a ser analisado sobre o espaço prisional.

Em Foucault, a prisão, como punição que se opõe aos suplícios públicos, apresenta uma formação arquitetônica e geométrica específica. “Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia” (Foucault, 2012, p. 192). Ou seja, o modelo é fictício, mas tem uma inteligibilidade nos meios da disciplina e do poder. Nesse cenário, a construção periférica conforma-se em anel e, no centro, uma torre vazada com largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel, de onde um vigia impessoal pode visualizar as celas que estão na formação periférica.

Por sua vez, esse espaço arquitetural fechado, recortado e vigiado estende-se a outros sujeitos classificados como loucos, doentes, condenados, operários ou escolares (Foucault, 2012). O filósofo francês homogeneiza formas

materiais de aprisionamento para diferentes categoriais sociais. Por conseguinte, não há uma discussão sobre a complexidade dos espaços destinados aos sujeitos tipificados como loucos, presidiários, operários e escolares.

O *panóptico* será relacionado ao espaço do zoológico, sendo o animal substituído pelo homem e a distribuição individual pelo agrupamento específico. Daí percebemos a questão da violência com que Foucault também constrói esse espaço prisional. Além disso, apresenta o conceito de que “o panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar os indivíduos”. (Foucault, 2012, p. 193).

Nesse sentido, o *panóptico* é um instrumento daquilo que o autor francês chama de tecnologia política, fazendo parte de um laboratório do poder, e também é denominado de “jaula transparente e circular”, projetando uma “instituição disciplinar perfeita” (Foucault, 2012, p. 194-195). Essa generalização limita as possibilidades de autonomia e divergências dos sujeitos imersos nesses espaços fechados. Apesar disso, Foucault, que não dissocia ideias e práticas, procura dar sentido às manifestações do poder e suas relações entre os aparelhos de repressão e a sociedade.

No conceito de “sociedade disciplinar”, os espetáculos públicos são praticamente eliminados em favor da vigilância. Além do mais, outros dois conceitos articulam-se na pesquisa foucaultiana, quais sejam: a “disciplina-bloco”, que significa uma instituição fechada, construída à margem e voltada para objetivos negativos; e a “disciplina-mecanismo”, a qual corresponde a instrumentos para tornar o poder mais rápido e mais eficaz em aspectos de leveza (Foucault, 2012). A disciplina, nesse caso, não é algo imaterial, mas consiste em um tipo de poder que engendra instrumentos, procedimentos e uma tecnologia. E, nessa sociedade, as disciplinas funcionam, em situação crescente, como “técnicas que fabricam indivíduos úteis” (Foucault, 2012, p. 199).

O autor utiliza ainda conceitos advindos dos espaços da produção para pensar os modos pelos quais a disciplina relaciona-se com os sujeitos, os quais são tidos como inseridos em um processo de fabricação cuidadosa em seus corpos. A disciplina, enfim, é conceituada como uma máquina que interage com processos históricos amplos. O espaço prisional, pela ótica da disciplina

foucaultiana, tende a formar sujeitos “úteis” e “domesticados”, já que o *panóptico* pode ser analisado como uma “jaula” fechada a qual circunscreve animais.

Na análise de Foucault, a prisão é um espaço amplo que não se restringe apenas à reclusão de pessoas condenadas, a partir do projeto de Bentham. Daí não há muita diferença entre um quartel com suas restrições, uma escola sem indulgências e uma oficina escura. A lógica desses espaços governados por um poder tecnológico, a disciplina, é chamada pelo autor de “instituição-prisão” (Foucault, 2012, p. 217-218).

O objetivo da prisão é privar a liberdade e transformar tecnicamente os indivíduos e, desde o início do século XIX, o encarceramento consiste em uma “detenção legal”. (Foucault, 2012). Da prisão, abundam saberes concretizados em projetos, experiências, discursos teóricos, testemunhos e inquéritos (Foucault, 2012). Dessa forma, a prisão é um espaço que relaciona poder e saber.

Analisando os sistemas de prisão americanos – o modelo de *Auburn* (cela individual durante a noite e o trabalho e refeições em comum, mas sob o silêncio absoluto) e o modelo da *Filadélfia* (isolamento absoluto) –, Foucault considera *Auburn* como um sistema que insere o preso em uma atividade e percebe que, desde o início do século XIX, citando um código de 1808, o trabalho é definido, ao lado do isolamento, como um instrumento de transformação carcerária (Foucault, 2012).

No estudo do autor, o trabalho penal é também concebido como uma máquina, que “transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade” (Foucault, 2012, p. 229). A prisão produz “indivíduos-máquinas”, como operários dóceis, ajustados a uma sociedade industrial (Foucault, 2012, p. 229). A preocupação filosófica, por sua vez, aponta a prisão como um projeto em termos de concepções e modelos, porém a realidade traz demandas diversas.

Então, a observação dos chamados “delinquentes”, a produção de um “saber clínico” sobre eles e a ocupação que gera uma rentabilidade da “prisão-máquina” vão delineando esse espaço prisional pelos métodos do isolamento, disciplina e trabalho penal. Nessa perspectiva, Foucault assegura que a prisão fabrica delinquentes no sentido de que estão envolvidos em um mesmo jogo,

tanto os sujeitos investidos do poder de punir – juízes e carrascos – quanto os indivíduos condenados.

Ademais, a prisão é revestida de um aparato legal e sua existência está ligada a um poder chamado de ciência penitenciária (Foucault, 2012). Foucault preocupa-se em traçar o espaço prisional pelo viés jurídico e pelos arranjos do poder, que constroem saberes e técnicas de sujeitar os corpos dos prisioneiros. Entretanto, o autor deixa claro que a prisão não é fruto de leis e códigos, uma vez que ela está irmanada com vários outros “dispositivos carcerários”, que são destinados a aliviar, a curar e a socorrer (Foucault, 2012, p. 291).

Desse modo, a prisão foucaultiana extrapola grades e torres de vigia e vai além dos simples cubículos recortados em blocos de uma penitenciária. E, nesse espaço, os sujeitos ficam anônimos e maquinificados pela disciplina como instrumento de um poder generalizado, e as ilegalidades travadas no interior do cárcere tornam-se práticas de um legalismo que mantém a existência histórica da prisão.

Já Erving Goffman, um canadense que estudou e viveu nos Estados Unidos, publicou *Manicômios, prisões e conventos* em 1961, após pesquisas realizadas no final dos anos de 1950 em hospitais psiquiátricos americanos. O título original era *Asylums: Ensaio sobre a situação social dos doentes mentais e outros presos*, uma vez que a obra reunia vários ensaios produzidos em datas diferentes.

Ainda na década de 1940, o autor estudou nas Universidades de Toronto e de Chicago e, nesta última, pesquisou Sociologia e Antropologia Social. Na década de 1960, Goffman passou a integrar o corpo docente da Universidade da Pensilvânia. Ao se alinhar aos estudos de Max Weber, ele realizou pesquisas na área da Sociologia interpretativa e cultural. E uma das suas grandes preocupações foi com a interação social no cotidiano, mormente em lugares públicos.

Esse sociólogo canadense observou o mundo como um teatro, onde cada sujeito, individualmente ou em grupo, protagoniza ou é ator coadjuvante, conforme as circunstâncias em que se encontra, as quais são marcadas por rituais e posições distintivas relativamente a outros indivíduos ou grupos. Abordou

também o alinhamento grupal e a identidade pessoal, o eu e o outro, o controle da informação, os desvios e o comportamento desviante e os estigmas sociais.

A ideia de que os sujeitos desempenham papéis sociais está ligada ao modo como cada pessoa concebe a sua imagem e pretende mantê-la. Por ser um dos pensadores da Escola de Sociologia de Chicago, que primou por estudos sobre a sociedade pós Segunda Guerra Mundial, Goffman interessou-se pelas pesquisas que dessem conta das relações sociais dos indivíduos que sofreram processos de exclusão, estigma, prisão e confinamento em campos de concentração nazistas. Ele era um judeu e como tal tentou entender os processos de extermínio pelos quais passou esse povo nas mãos do Estado hitlerista.

Por que discutimos o estudo de Foucault primeiro e depois o de Goffman? Ora, o filósofo francês traz uma pesquisa em história sobre o espaço prisional, o qual é o tema central em sua obra, e o pesquisador canadense contribui com uma pesquisa em laboratório, articulando dados de pacientes e literatura de psiquiatria da época, em uma discussão sociológica.

Outro detalhe é que Goffman não posiciona a prisão como o tema central de sua pesquisa, já que o hospital psiquiátrico, espaço destinado às pessoas consideradas doentes mentais, é o cerne e a problemática do estudo. A despeito disso, a prisão não é uma instituição menosprezada, pelo contrário, está integrada na problematização realizada pelo autor. Sendo assim, o espaço prisional, nessa obra, articula-se às questões de sociologia, antropologia e psicologia sociais. Há um destaque na atuação individual dos sujeitos dentro dessas instituições muradas e como eles constroem formas de vida na interação com os grupos existentes naquele local.

Nesse trabalho sobre as “instituições totais”, Goffman (1961) estudou os lugares onde os indivíduos são isolados da sociedade e, dessa forma, todas as suas atividades ficam concentradas e normalizadas, como as prisões, hospitais psiquiátricos, conventos e escolas internas. O autor, ao discutir essas questões, fazia uma crítica ao trabalho da psiquiatria nos manicômios, o qual, inclusive, serviu de referência para o movimento antimanicomial no Brasil.

Com as contribuições da Antropologia Cultural, Erving defendia que as ritualizações permitiam distinguir sujeitos e grupos nas sociedades contemporâneas, assim como acontecia nas sociedades indígenas. Ele trabalha

com o conceito de grupos sociais, cujas ritualizações estabelecem distinções, às vezes em pequenos aspectos como formas de vestir ou se apresentar em público (Goffman, 1996).

Em sua metodologia, Goffman realizou uma pesquisa de campo e de laboratório entre os anos de 1954 a 1957 constituindo, assim, as suas fontes. Trabalhou no Laboratório de Estudos Socioambientais do Instituto Nacional de Saúde em Maryland. Durante três anos fez alguns estudos de comportamento em enfermarias nos Institutos Nacionais do Centro Clínico de Saúde. E nos anos finais, ele pesquisou no Hospital Sta. Elizabeth, em Washington.

O objetivo era conhecer o mundo social do internado em hospital, na medida em que esse mundo é subjetivamente vivido por ele. Defende que qualquer grupo de pessoas – prisioneiros, primitivos, pilotos ou pacientes – desenvolve uma vida própria que se torna significativa, desde que você se aproxime dela. Sobre as limitações do método desenvolvido na pesquisa, o autor deixou claro que não ficou nominalmente internado junto com os pacientes e a interpretação dada sobre eles é parcial. Além disso, quase toda a literatura especializada sobre os doentes mentais é produzida pela visão do psiquiatra, o qual está socialmente do outro lado (Goffman, 1996).

O livro está dividido em quatro partes que são ensaios isolados, cujos dois primeiros foram publicados separadamente. A organização da obra está estabelecida na seguinte ordem: *As características das instituições totais*; *A carreira moral do doente mental*; *A vida íntima de uma instituição pública*; *O modelo médico e a hospitalização de doentes mentais*. Mas o ponto em comum é que todos procuram focalizar a situação do internado. Goffman define uma “instituição total” como um local de residência e trabalho onde um número grande de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.

O interesse fundamental é conceber uma versão sociológica da estrutura do eu. (Goffman, 1996). Para tanto, há um diálogo com sociólogos e outros pesquisadores que discorreram sobre prisões, campos de concentração, escolas militares e conventos. Dentre os autores estão: Durkheim, Eugen Kogon, Elie Cohen, Bruno Bettelheim, Kirson Weinberg etc.

Assim como o filósofo e historiador Foucault, o sociólogo Goffman tem uma preocupação de fazer uma análise traçando as características gerais sobre o espaço institucional em que se desenvolvem as ideias e práticas de isolamento, disciplina e encarceramento. Desse modo, Goffman defende que toda instituição apresenta tendências de “fechamento” e algumas são muito mais “fechadas” do que outras.

O caráter total desse ambiente é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída, por exemplo, com portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. Esses são os estabelecimentos que ele denomina de “instituições totais” e que deseja explorar suas características gerais. (Goffman, 1996). Porém, essa categoria já foi indicada diversas vezes na literatura sociológica por diferentes autores, como Howard Rowland, em um artigo de 1939, bem como pelo pesquisador Amitai Etzioni, sobre a estrutura organizacional de certas instituições educacionais em Israel (Goffman, 1996).

Quanto às “instituições totais”, são cinco agrupamentos: em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas incapazes e inofensivas, segundo se pensa, que são casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes; em segundo lugar, há locais para cuidar de pessoas incapazes de cuidar de si mesmas que são sanatórios, hospitais para doentes mentais e leprosários; em terceiro lugar, existe uma “instituição total” organizada para proteger a comunidade contra perigos intencionais, que são as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração.

Em quarto lugar, há instituições criadas com a intenção de realizar de modo adequado alguma tarefa de trabalho, que são os quartéis, navios, escolas internas, colônias e grandes mansões; e, finalmente, há os estabelecimentos destinados a servirem de refúgio do mundo e de instrução para religiosos, que são abadias, mosteiros, conventos e outros claustros. Para Goffman, essa classificação, que não é tão clara, dá uma definição puramente denotativa da categoria como um ponto de partida concreto (Goffman, 1996).

O nosso interesse, neste estudo, é focar as contribuições de Goffman justamente nessa terceira “instituição total” que abrange as cadeias e as penitenciárias, a fim de analisarmos a construção do espaço prisional realizada

pelo autor. Esse espaço prisional, que faz parte da complexidade das “instituições totais”, desenvolve um sistema no qual as pessoas são segregadas do mundo social, sofrem processos de alteração em suas aparências usuais e vestimentas, cumprem rigorosamente horários de refeição, banho, trabalho e descanso sob fortes disciplinas.

Nesse cenário, como se relacionam os grupos de pessoas imersos nas “instituições totais”? Existem basicamente dois grupos, o dos internados e o da equipe dirigente. Cada grupo tende a conceber o outro por meio de estereótipos limitados e hostis. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. Segundo o autor, em nossa sociedade, as “instituições totais” são as estufas para mudar pessoas, e cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu (Goffman, 1996).

O autor trabalha inicialmente com os conceitos de “mortificação do eu” e “exposição contaminadora”. No aspecto do ritual de admissão do internado, vê-se a introdução de uma série de rebaixamento, degradações, humilhações e profanação do eu (Goffman, 1996). Na “exposição contaminadora”, por exemplo, o doente mental é exposto fisicamente, divide espaços sujos com pessoas muitas vezes de ambos os sexos e, em casos extremos, há pacientes que são trancados nus numa sala com luz constantemente acesa (Goffman, 1996).

Ao utilizar os conceitos da Psicologia Social, no que tange à psicofisiologia, Goffman assinala que a relação entre os processos cognitivos e outros processos psicológicos é muito variável. Por exemplo, na sociedade, o fato de nossa cabeça ser raspada é facilmente percebido como uma mutilação do eu, mas, se essa mortificação pode, por um lado, enfurecer um doente mental, pode, por outro, agradar a um monge (Goffman, 1996).

Nesse sentido, há uma espécie de bricolagem na composição da trama que dá sentido às “instituições totais”, porque o assunto central é o internado nos hospitais psiquiátricos. Porém, de forma habilidosa, o autor consegue concatenar o espaço hospitalar com a lógica de funcionamento de outros espaços articulados, dentre os quais aparece o espaço prisional em um sentido amplo, uma vez que os campos de prisioneiros de guerra, em especial os campos de concentração nazistas, são bastante discutidos.

Todos esses espaços ganham formas, odores e movimentos pela atuação de pessoas reais que viveram dramas, sofrimentos, rupturas e até extermínio. A esse respeito, são vários os estudos de caso, muitos deles trazidos por outros autores e/ou sobreviventes dos horrores da guerra, que respaldam a teoria sociológica construída por Goffman para compreender os processos de encarceramentos na sociedade ocidental pós Segunda Guerra Mundial.

Sobre a liberação do internado das “instituições totais”, há uma discussão dos conceitos de “status proativo favorável” (quando o internado orgulha-se do estabelecimento por onde passou) e de “status proativo desfavorável” (quando o internado adquire um “estigma” de ex-interno e, com isso, realiza um esforço para esconder seu passado e disfarça-se na sociedade) (Goffman, 1996, p. 68). No que diz respeito ao conceito de “ajustamentos primários”, o sujeito é, mais ou menos, aquilo para o qual foi preparado.

E os “ajustamentos secundários” são formas pelas quais os indivíduos isolam-se do papel e do eu que a instituição admite para ele. Esses tipos de ajustamentos são desdobrados em muitas outras práticas, inclusive nas substituições de artefatos que são transformados pelos pacientes na construção de um modo particular de viver na instituição regada (Goffman, 1996).

Em seu estudo, alguns conceitos espaciais são analisados como, por exemplo, os diversos locais no estabelecimento: o espaço fora dos limites do paciente; o espaço da vigilância; o espaço de uma certa liberdade. Para Goffman (1996, p. 189-190), “a liberdade tinha uma geografia”, assim, os locais livres podiam ser bosques, área dos fundos do prédio, banheiros, cantina, refeitório, entre outros.

Além disso, outras categorias espaciais e simbólicas são discutidas: o território de grupo; o território pessoal; e o sistema de transporte (corpos, artefatos ou coisas, mensagens verbais ou escritas). Quanto ao espaço material, configurado pelas relações sociais e práticas culturais levadas a efeito pelos sujeitos envolvidos nessa trama, sobressai-se como uma categoria importante na compreensão do mundo social construído intramuros dessas “instituições totais”.

No entanto, a ideia de totalidade para definir essas instituições com caráter de encarceramento não exclui uma certa autonomia dos indivíduos internados. A totalidade talvez procure explicar as formas de fechamento, controle, disciplina

diária e os muitos processos de desculturação dos sujeitos. Nessa perspectiva, essa desculturação corresponde muito mais à exclusão da sociedade do que as outras formas de sociabilidade desenvolvidas lá dentro das organizações muradas.

Entendemos que o internado sofre mortificações do seu eu, contudo, constrói outras práticas sociais e culturais. Por exemplo, na categoria de território pessoal, o fato de alguns pacientes, internados em enfermaria, carregarem seus cobertores durante todo o dia e, em um ato considerado como muito regressivo, deitarem-se no chão, inteiramente cobertos pelo cobertor e, segundo o autor, esses internados conseguirem obter uma certa margem de controle de sua situação, demonstra as formas sutis de ruptura deles com a disciplina exigida pela instituição (Goffman, 1996).

Ainda sobre a categoria *sistemas de transportes e mensagens*, incluídos nos “ajustamentos secundários”, em alguns espaços prisionais, “os internados criaram uma técnica de falar sem mover os lábios e sem olhar para a pessoa para a qual estão falando” (Goffman, 1996, p. 210).

Outrossim, Goffman percebeu que os internados desenvolvem sistemas de transporte de bens, mercadorias e dinheiro de forma clandestina, bem como os contrabandos e jogos de azar, que contribuem para a formação subjacente de um mercado intramuros (Goffman, 1996). Sobre os sistemas de mediação, alguns presos americanos desenvolveram um recurso engenhoso para passarem jornais de uma cela para outra através dos canos de aquecimento instalados nas paredes (Goffman, 1996).<sup>2</sup>

Em suma, o espaço prisional não é um dado *a priori* e nem uma categoria isolada como muitas vezes sugerem as suas formas materiais. Ele é uma construção realizada por muitos atores e autores. Nesse raciocínio, o espaço prisional, na obra dos dois pesquisadores, foi pensando por meio de problemas sociais que os incomodaram durante suas épocas de vida, metodologia de trabalho estabelecida e aportes teóricos adotados. Desse modo, os interesses

---

<sup>2</sup> Situações parecidas aconteciam no Presídio Provisório da Ribeira onde trabalhamos há seis anos. A revista das celas precisava ser rigorosa para burlar as estratégias com que os presos se utilizavam para esconder coisas, consideradas pela administração, ilícitas. Então, os chips de aparelhos celulares podiam ser amarrados a uma linha e escondidos nos canos do esgoto, por exemplo. O objetivo dos presos era, após a revista das celas, resgatarem esse material enlameado.

das pesquisas acadêmicas, as formações adquiridas, os meios sociais com os quais compartilham ideias e práticas, as visões de mundo e a subjetividade de cada um, contribuem para que os pesquisadores, em espaços e tempos distintos, problematizem e analisem o espaço prisional.

A esse respeito, Foucault trouxe fontes variadas, sejam dos processos criminais, sejam dos regulamentos disciplinares, sejam dos códigos jurídicos, e observou as rupturas e continuidades entre a sociedade dos suplícios públicos e a sociedade da vigilância e disciplina. Sua teoria histórica concentra-se nas relações de poder e saber, bem como nas técnicas que ajustam os sujeitos a uma ordem inclusive econômica. O espaço prisional adquire uma arquitetura de controle e observação quase total sobre os indivíduos, atravessada por técnicas que promovem formas de disciplina e regulam o trabalho do preso operário.

Mas esse espaço prisional está relacionado com outros espaços disciplinares que o autor generaliza para hospitais, fábricas, quartéis e escolas. Já os saberes mobilizados para darem sentidos a essas estruturas materiais, que ajustam as pessoas aprisionadas, são construídos, principalmente, no campo do direito penal, da ciência penitenciária e da ciência médica. A lupa filosófica foucaultiana que, na abordagem, articula-se com o discurso histórico, analisa a prisão como um projeto, oriundo da obra de Jeremy Bentham, o qual é fictício, para dar sentido à existência desse espaço murado. Porém, cada prisão engendra problemáticas distintas na temporalidade histórica.

Goffman, por sua vez, trabalhou com fontes de laboratórios de hospitais psiquiátricos, dados de pacientes e estudos de caso, com o intuito de compreender a vida e o mundo das pessoas internadas nesses estabelecimentos de exclusão social. Sua teoria sociológica traça uma análise sobre as relações do eu com os grupos sociais nos espaços públicos, verificando as práticas sociais e culturais entrelaçadas por esses sujeitos. O espaço prisional tem suas formas materiais muradas e que constroem fronteiras de separação entre a vida social e os internados.

Da mesma forma do de Foucault, esse espaço é amplo porque se desdobra em diferentes instituições cujo ponto em comum é o caráter de isolamento e disciplina. Mas, diferentemente da análise foucaultiana, os saberes que conformam o espaço prisional de Goffman, muito mais do que as concepções

jurídicas, são os conceitos e técnicas advindos da literatura médica especializada, principalmente dos postulados da psiquiatria daquela época.

Desse modo, o *panóptico* é o modelo que dá sentido ao espaço prisional foucaultiano, cuja ênfase é dada em suas formas arquitetônicas rígidas, a fim de explicar, por meio desse discurso, a formação de uma sociedade da vigilância. Há uma generalização do modelo proposto para os vários espaços por onde transitam e habitam diferentes grupos de sujeitos com interesses e ações distintas no tempo e no espaço.

Quanto às *instituições totais*, são a categoria defendida por Goffman para discutir as organizações com caráter de fechamento e controle quase eficaz sobre os internados. O autor canadense também procura estabelecer um método em que, de certa forma, generaliza o caráter total dessas instituições para prisões, hospitais psiquiátricos, conventos e quartéis.

No entanto, a diferença entre o *panóptico* e as *instituições totais* é que no primeiro modelo o tempo foi definido pelas técnicas disciplinares que tornam os sujeitos “máquinas” de uma produção e, no segundo modelo, o tempo condiciona a vida regrada dos sujeitos considerados indesejados, ou seja, eles estão lá porque, segundo as orientações sociais, criminais e médicas, precisam de correção e/ou tratamento. Em relação ao tempo das *instituições totais*, não é ligado à ideia de produção e tecnologia, mas é analisado como um tempo perdido da vida individual e social extramuros.

Os espaços construídos pelos dois pesquisadores têm, portanto, problemáticas distintas. Foucault, em um estudo de história, articula o espaço prisional pelo modelo pesado e rígido da arquitetura panóptica, no qual os sujeitos, praticamente anônimos, movimentam-se pela regulação das técnicas de disciplina e produção do trabalho, que atravessa a sociedade da vigilância. Não há uma sobreposição de outros espaços nesse mesmo espaço do encarceramento. O filósofo francês procura, então, dar visibilidade à tecnologia do poder estatal sobre os indivíduos e estes quase ficam diluídos no espaço panóptico, uma vez que a disciplina procura ajustar os corpos e torná-los dóceis.

De outra maneira, Goffman, em uma discussão sociológica, constrói seu espaço prisional pelo modelo do fechamento sem sinalizar, contudo, detalhes de uma arquitetura carcerária. Sob essa ótica, os internados têm mais movimentos e

conseguem sobrepor múltiplos espaços dentro da instituição prisional e suas práticas adquirem vida rompendo com os ajustes institucionais. Nesse cenário, os sujeitos ressignificam tanto o espaço material, leia-se enfermarias, quartéis e celas das penitenciárias, quanto os espaços simbólicos da convivência entre grupos de amigos, contrabandos, jogos e territórios pessoais.

Assim, a partir das contribuições dos autores em epígrafe, a construção do espaço prisional como problema da teoria social aponta para a viabilidade de um instrumental metodológico, aportes teóricos que se articulam às fontes e ao problema levantado, para as áreas de conhecimento traçadas e as subjetividades de quem estuda esta temática. As fontes selecionadas constroem categorias e conceitos espaciais que dão formas e sentidos ao objeto da pesquisa sobre prisão ou instituições de encarceramento.

Os procedimentos de desconstrução e construção do objeto estão, assim, atrelados não somente aos referenciais teórico-metodológicos adotados pelos pesquisadores, mas, sobretudo, às suas práticas sociais e culturais cotidianas. Por exemplo, uma coisa é a leitura sobre o espaço prisional realizada por um coronel da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, que fora um dia designado para administrar a Colônia Penal João Chaves, e outra coisa é a leitura feita por um soldado, cujo número de praça era 2006.0346, que realizou o serviço de guarda, banho de sol, escolta e custódia de presos na Ribeira. Ora, um militar tem número classificatório e o outro não tem.

## Referências:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.